

# VOZES FEMININAS NA EDUCAÇÃO DA AMAZÔNIA BELENENSE DO SÉCULO XX

**BILROS v. 13, n. 27, ago – dez, 2025**

## **Estela Regina Marques Lima**

Universidade Federal do Pará; Instituto de Ciências da Educação; Faculdade de Pedagogia. Licenciada Plena em Letras com Habilitação em Português e Inglês pelo Centro Universitário Fibra. Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: estelamarques2001@gmail.com

## **Cecília Abrahão Nascimento de Santi**

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Pará. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (PPGCI/UFPA). Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ceciliabrahao2001@gmail.com

## **Livia Sousa da Silva**

Universidade Federal do Pará; Instituto de Ciências da Educação; Faculdade de Pedagogia. Doutora em Ciências Sociais Sociologia, pela Universidade Federal do Pará (UFPA) com Pós-Doc. em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFPA). Professora Adjunta C - II no Instituto de Ciências da Educação da UFPA. E-mail: liviasilva@ufpa.br

**VOZES FEMININAS NA EDUCAÇÃO DA AMAZÔNIA BELENENSE DO SÉCULO XX**

**FEMALE VOICES IN THE EDUCATION OF BELÉM'S AMAZON IN THE 20TH CENTURY**

**Estela Regina Marques Lima**  
**Cecília Abrahão Nascimento de Santi**  
**Livia Sousa da Silva**

**RESUMO**

O artigo trata do protagonismo educacional feminino na cidade de Belém, na primeira metade do século XX, por meio da análise da trajetória da professora Amália Paumgarten. Objetiva evidenciar suas contribuições na docência, na gestão escolar e na produção de conhecimento, a partir de pesquisa qualitativa e histórico-documental realizada no acervo da EMEIF Amália Paumgarten, localizada no bairro do Guamá. Aborda conceitos de memória, identidade e intelectualidade feminina, problematizando o apagamento das contribuições de educadoras nos registros institucionais. Classifica-se como estudo qualitativo e histórico-documental, com técnica de inventário e análise dialógica do discurso. Desenvolve-se a partir de documentos escolares, placas, registros genealógicos e materiais virtuais sobre a família Paumgarten. Os resultados apresentam a escassez de registros sobre a docente e a necessidade de visibilizar sua atuação intelectual. Conclui que esta pesquisa impulsiona a valorização do trabalho feminino e legitima o lugar de Amália Paumgarten na história da educação amazônica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. História da Educação. Protagonismo Feminino. Amália Paumgarten. Amazônia.

**ABSTRACT**

The article addresses female educational protagonism in the city of Belém, during the first half of the twentieth century, through the analysis of the trajectory of professor Amália Paumgarten. It aims to highlight her contributions in teaching, school management, and knowledge production, based on a qualitative and historical-documentary research conducted in the collection of EMEIF Amália Paumgarten, located in the Guamá neighborhood. It discusses concepts of memory, identity, and female intellectuality, problematizing the silencing of women educators in institutional records. Classified as a qualitative and historical-documentary study, it applies inventory techniques and dialogical discourse analysis. The study develops from school documents, plaques, genealogical records, and virtual materials about the Paumgarten family. The results point to the scarcity of records about the teacher and the need to make her intellectual contributions visible. It concludes that this research promotes the appreciation of women's work and legitimizes Amália Paumgarten's place in the history of Amazonian education.

**KEY WORDS:** Education. History of Education. Female Protagonism. Amália Paumgarten. Amazon.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo originou-se na disciplina “Estágio em Gestão e Coordenação Pedagógica em Ambientes Escolares” e também está associado ao projeto maior desenvolvido pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em História da Educação e Formação de Professores (LABINVE); tal projeto, intitulado “História da Educação por Mulheres: o protagonismo de mulheres educadoras na cidade de Belém-PA na primeira metade do século XX” possuiu como objetivo maior: investigar o protagonismo das mulheres na educação da cidade de Belém na primeira metade do século XX.

Nesse sentido, essa pesquisa atendeu, de maneira específica, aos objetivos do projeto guarda-chuva, quais eram: a) Investigar o protagonismo da professora Amália Paumgarten na educação da cidade de Belém; b) Identificar as contribuições da professora Amália Paumgarten para a educação da Belém do século XX, no que diz respeito à docência, gestão e produção de conhecimento; e c) Refletir acerca da categoria conceitual/prática da intelectualidade e sua relação com o protagonismo feminino de educadoras na cidade de Belém do Pará no século XX.

Nessa direção, compreender a trajetória da professora Amália Paumgarten e sua relação com o protagonismo feminino na educação paraense exige inseri-la nos processos mais amplos de construção da memória social e coletiva. Sob essa perspectiva, Nora (1993) propõe a ideia de lugares de memória como espaços nos quais se condensam identidades e tensões narrativas, funcionando como marcos que preservam ou ocultam trajetórias históricas conforme interesses sociais e culturais vigentes.

Farias e Bizello (2015, p. 102) reforçam essa perspectiva ao afirmarem que “a memória social deve ser pensada como um processo de representação coletiva, no qual o conhecimento é uma construção cultural ancorada nas experiências de determinado grupo” Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Batista e Torii (2018) reconhecem a função simbólica dos arquivos públicos como mediadores da memória coletiva, enquanto Dias e Silva (2015) demonstram que os acervos institucionais refletem escolhas documentais que moldam o legado preservado.

Ademais, compreende-se que essas perspectivas, dialogam com abordagens desenvolvidas na Ciência da Informação (CI), particularmente no campo da Organização do Conhecimento (OC), compreende-se a memória social como fundamento para a produção e

circulação de saberes historicamente legitimados (Carmo; Karpinski; Bräscher, 2018). Pollak (1992) afirma que a memória é uma reconstrução seletiva do passado, reconfigurada à luz do presente, enquanto Candau (2016) observa que os processos de rememoração são atravessados por contextos sociopolíticos e por relações de poder.

Nesses processos, observam-se que os sistemas de representação, enquanto dispositivos classificatórios e descritivos, atuam selecionando, visibilizando e, por vezes, silenciando determinadas experiências. A esse respeito, Silva (2023) enfatiza que a representação documentária exerce uma função social ao participar da construção de memórias e identidades, legitimando certos discursos e relegando outros à supressão nos acervos e nos processos de registro da memória.

Como argumentam Machado, Dorigão e Coelho (2016) e Ferreira e Amorim (2017), é fundamental reconhecer a atuação das mulheres enquanto intelectuais da educação, ressaltando a urgência de visibilizar suas contribuições historicamente negligenciadas. No campo educacional, essa invisibilidade não se limita a omissões administrativas, mas revela a persistência de uma lógica documental que privilegia determinados sujeitos e saberes, em detrimento de outros. A valorização das mulheres como produtoras de conhecimento foi, por muito tempo, secundarizada nos registros oficiais, nos acervos escolares e na própria historiografia da educação, evidenciando relações desiguais de poder que atravessam os processos de registro e memória.

Isto posto, no caso da professora Amália Paumgartten, cujo percurso se insere na Primeira República (1889-1945), o silêncio institucional sobre sua atuação também pode ser analisado à luz das transformações vividas no cenário educacional paraense, conforme discutido nos estudos de Magaldi e Schueler (2008a), Xavier da Silva (2010), Filho (2010) e Cardoso (2015).

O apagamento de sua memória aponta para um entrecruzamento entre gênero, história e representação, que torna urgente a investigação sobre os mecanismos que inviabilizam a contribuição de educadoras no contexto amazônico. Nessa perspectiva, os silêncios identificados nos acervos escolares não devem ser lidos como lacunas fortuitas, mas como sintomas de disputas simbólicas que atravessam a construção da memória e da identidade.

Sendo assim, torna-se evidente que o referido contexto reflete a atuação dessas lógicas classificatórias, que reproduzem desigualdades históricas ao privilegiar determinados sujeitos e saberes. Desta maneira, analisar o acervo escolar sob essa compreensão implica reconhecer a

representação como prática política e social, cujos efeitos repercutem diretamente naquilo que é lembrado, registrado e acessado no campo educacional.

É nesse contexto que se situa a problemática desta pesquisa, cuja origem está na constatação da escassez de registros sobre a professora supracitada no acervo da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) que leva seu nome, localizada no bairro do Guamá, em Belém, no estado do Pará, Brasil. Essa ausência levanta uma questão central: de que modo as contribuições da professora Amália Paumgarten, no que se refere à docência, gestão e produção de conhecimento, são evidenciadas (ou invisibilizadas) nos registros documentais do acervo da EMEIF?

A investigação se justifica pela necessidade de compreender em que medida os processos de mapeamento, organização e uso das informações presentes no acervo escolar podem favorecer a visibilidade ou contribuir para o silenciamento de trajetórias intelectuais femininas, evidenciando lógicas classificatórias que permeiam a gestão da memória e do conhecimento no contexto educacional.

Ao analisar os registros documentais enquanto instrumentos de gestão da informação e representação do conhecimento histórico, busca-se ampliar o debate sobre as práticas institucionais que estruturam a organização, a circulação e a preservação de saberes docentes e gestores, inserindo o acervo escolar como um espaço para a construção social da memória e da identidade profissional.

Com base nesta problemática, este artigo tem como objetivo geral analisar como a memória e a identidade da professora Amália Paumgarten são (re)construídas ou silenciadas nos registros documentais da EMEIF, buscando evidenciar os mecanismos que configuram a representação de mulheres intelectuais no contexto da educação paraense do século XX.

Essa pesquisa é, pois, de natureza qualitativa histórico-documental, cujos dados foram levantados no acervo da EMEIF Amália Paumgarten. O corpus documental analisado é composto por fontes institucionais e históricas que, em diferentes suportes e narrativas, configuram a memória registrada da escola e de sua patrona. Dentre essas fontes, destacam-se o Projeto Político Pedagógico (2023a) atualizado da instituição, placas informativas sobre a historicidade da escola e da biografia da patrona, além do estudo sobre a família Paumgarten realizado pelo Colégio Brasileiro de Genealogia (2015a) e de documentos levantados pelo Projeto Laboratório Virtual (2016a) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

No que concerne à perspectiva metodológica, mais precisamente à natureza qualitativa, foram utilizados os trabalhos de Menegat e Moreira (2021). Em relação à pesquisa ser do tipo histórico-documental, utilizou-se os conhecimentos de Gil (2011a), Nascimento e Lombardi (2017a), Padilha *et al.* (2017a). Na técnica de sistematização de dados foi escolhido o inventário, com base nos estudos de Silva e Petry (2011a), Oliveira, Ghedin e Almeida (2015) e Lopez (2002a).

Aos detalhamentos sobre a pesquisa em campo foi trazida a definição de Minayo (2001). Por fim, o escopo de análise alinhou as contribuições do pensamento bakhtiniano à fundamentação teórico-analítica, diante dos olhares de Alves e Silva (2013; 2014). Dito isso, tais autoras e autores permitiram a compreensão sobre o estágio com pesquisa e o viés histórico-documental metodológico, cruciais à legitimação das contribuições intelectuais e práticas de Paumgarten enquanto mulher docente na sociedade paraense e o desvelar de seu protagonismo no campo da docência no século XX.

Diante do exposto, este estudo se insere em uma perspectiva que busca contribuir para o enfrentamento ao apagamento histórico de mulheres no campo educacional. Ao reconhecer a escola como espaço de disputa simbólica e o acervo como tecnologia de memória, propõe-se visibilizar trajetórias femininas que, embora fundamentais, permanecem marginalizadas. Trata-se de retirar o véu que encobre as contribuições de Amália Paumgarten à formação educacional na Amazônia belenense, reivindicando seu lugar na história, não como exceção, mas como expressão de uma coletividade de mulheres intelectuais cuja memória insiste em resistir.

Segundo Lima e Silva (2024), torna-se necessário dar visibilidade às trajetórias de Amália Paumgarten e de outras mulheres educadoras de Belém, destacando suas pesquisas, resultados e contribuições para a formação acadêmica belenense do século XX. A leitura apresentada compreende o campo educacional como espaço de resistência frente à subjugação histórica das mulheres nas esferas político-econômicas e intelectuais, conduzindo à reflexão sobre a relação entre mulher, história e educação e à luta contínua por reconhecimento.

Portanto, no presente estudo, tal perspectiva também foi identificada, revelando consonância com as autoras ao ressaltar a relevância dos registros documentais que demonstram o protagonismo de Amália Paumgarten na História da Educação da Amazônia Belenense, reforçando a importância de sua valorização e divulgação em igualdade com seus pares.

## METODOLOGIA

O estudo teve como propósito analisar como as contribuições de Amália Paumgarten, vinculadas à docência, à gestão e à produção de conhecimento, foram representadas nos registros documentais da instituição, considerando as possibilidades de visibilidade ou silenciamento da memória de sua atuação no campo educacional. Nessa perspectiva, busca-se compreender como tais registros constroem narrativas que legitimam determinadas experiências e sujeitos históricos, ao passo que marginalizam outros no espaço documental, evidenciando disputas pela memória e pelo conhecimento no contexto escolar.

Para tanto, foram trazidas à tona as experiências educacionais dessa professora, mediante coleta de dados focada no *lócus* da EMEIF. Desta feita, foi realizada uma abordagem qualitativa, que, segundo Menegat e Moreira (2021, p. 149) abrange diversas formas de pesquisa e está embasada na realidade construída pela interação social entre pessoas e o modo como atribuem sentido ao mundo e experiências.

Deste modo, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, em que foi adotada a abordagem histórico-documental, orientada pela análise de fontes primárias e secundárias. Conforme Gil (2011b), esse tipo de investigação envolve a utilização de documentos que não foram previamente submetidos a tratamento analítico, como cartas, fotografias e reportagens, bem como aqueles que já passaram por algum grau de sistematização, como relatórios e tabelas estatísticas.

Nessa perspectiva, Padilha *et al.* (2017b) ressaltam que a análise e a crítica das fontes são etapas fundamentais no campo historiográfico, uma vez que possibilitam atribuir sentido às evidências documentais e contextualizá-las à luz das questões investigadas, assegurando rigor metodológico e densidade interpretativa ao processo de pesquisa.

No que tange a perspectiva histórica, Nascimento e Lombardi (2017b) dissertam sobre a necessidade da ciência da História estar embasada em um objeto investigativo, o qual permite a fundamentação e embasamento da pesquisa, isto é, registros das relações e ações humanas em dado momento.

Portanto, a investigação histórico-documental possibilita elucidar acerca de questões que fundamentam a presente pesquisa, considerando a escassez de registros sobre o protagonismo feminino de Amália Paumgarten na docência da Amazônia belenense. Essa ausência decorre, em grande medida, da prática histórica de exclusão do legado feminino na educação, o que torna imprescindível a utilização de evidências provenientes do acervo da



escola investigada, do estudo sobre a família Paumgarten realizado pelo Colégio Brasileiro de Genealogia (2015b) e de documentos levantados pelo Projeto Laboratório Virtual (2016b).

Sob esse olhar, adotou-se a Análise Dialógica do Discurso, orientada pelos pressupostos bakhtinianos, segundo os quais, conforme Brait (2006), a linguagem constitui um espaço de produção de conhecimento situado, no qual se articulam história, sujeitos e práticas discursivas, evidenciando as relações indissociáveis entre língua, contexto e interação social.

### TÉCNICA DE SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS: INVENTÁRIO

Diante do exposto, foi utilizada a técnica do Inventário, tanto à primeira aproximação à leitura, quanto à apreciação das peças documentais, pois, Silva e Petry (2011b), ensinam que o inventário não substitui a pesquisa histórica e nem mesmo a análise, mas contribui com esta, ao estabelecer parâmetros de classificação e de organização; isto é, ela sistematiza os dados levantados.

Ademais, esse instrumento de pesquisa, identifica, localiza, resume e transcreve os documentos analisados (Oliveira; Ghedin; Almeida, 2015 *apud* Belloto, 2006). Como resultado, inventariar traduz-se em duas fases, conforme Lopez (2002b): a) constituir uma introdução que tem por objetivo uma descrição geral do conjunto ou da série investigada; e b) uma descrição mais pormenorizada do conteúdo das fontes.

Nesse viés, o levantamento de dados compreendeu os dados da primeira metade do século XX, período no qual a professora Amália Paumgarten estava ativa enquanto docente da capital paraense e as mudanças pelas quais a escola investigada passou, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) e placas informativas.

### PESQUISA DE CAMPO

Em consonância com Minayo (2001, p.53), o trabalho em campo retrata o recorte espacial do local a ser estudado, bem como dos grupos que habitam essa localidade e convivem em uma dinâmica de interação social, possibilitando a transformação destes em objetos de estudo, os quais tornam o campo em “um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados propiciando a criação de novos conhecimentos”.

Assim, foi imprescindível a ida ao encontro de documentos, ainda que escassos, para o alcance de materiais suficientes ao desvelamento do potencial dessa educadora na educação belenense no século XX e suas contribuições à atual gestão da escola que leva seu nome.

### ESCOPO DE ANÁLISE

Além disso, consoante o objetivo de investigar o protagonismo das mulheres na educação da Belém da primeira metade do século XX, pelos documentos da EMEIF Amália Paumgarten, destacar-se-ão, as contribuições do pensamento Bakhtiniano à fundamentação teórico-analítica (linguagem, discurso e suas articulações na construção da realidade social).

Em síntese, as problematizações em torno da formação de professores aliada aos estudos de Bakhtin possibilitam a compreensão da necessidade da leitura e escrita significativas durante a vida acadêmica dos futuros docentes, abrindo portas às reflexões dessa prática no cotidiano (Alves; Silva, 2014, p. 13).

Então, percebe-se que o repensar da exclusão sistemática da intelectualidade feminina na educação é um processo de enfrentamento à ideologia de superioridade do gênero masculino, desalienando a inexistência de mulheres educadoras inovadoras, trazendo à luz figuras femininas, como a presente pesquisa pretende com Amália Paumgarten.

### RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Estágio em Gestão e Coordenação Pedagógica em Ambientes Escolares na EMEIF Amália Paumgarten foi iniciado no dia 05 de abril de 2023 e finalizado em 28 de junho de 2023. O horário de realização ocorria das 07:30 às 11:30 todas as quartas-feiras desse período. Houve acesso a documentos no depósito da escola, todavia a maioria deles se tratava de planos de aula antigos, datados de 2002 a 2009, sem informações sobre a patrona da instituição. Dessa maneira, infelizmente, foram escassos os recursos informativos encontrados sobre Amália na escola a qual é patrona, sendo que os únicos com algum foco na educadora foram: o PPP e algumas placas; além de uma fotografia, que pode ser vista abaixo:

#### Figura 1 — Fotografia de Amália Paumgarten



Fonte: Autoras, 2023.

Na seção Caracterização da Escola, do PPP (2023, p.13), é afirmado que o primeiro nome dessa instituição foi República da Venezuela, inaugurada em 1957 sob gestão da professora Helda Alexandria Machado Guimarães e que no ano de 1965 houve reforma, ampliação e renomeação sob o nome Escola Municipal Prof.<sup>a</sup> Amália Paumgarten, em homenagem à primeira professora do governador Alacid Nunes, que se preocupava com a inclusão da perspectiva social na educação dos discentes do bairro do Guamá.

Por outro lado, na mesma seção do PPP, é relatado que na década de 1970 houve uma nova reforma por conta da incompatibilidade de salas de aula com a quantidade de alunos, visto que a escola atendia do 1º ao 4º ano nos turnos da manhã, intermediário e noite; além disso, já na década de 1980, por conta de problemas com as enchentes do rio Guamá, próximo ao canal da Avenida Bernardo Sayão, onde ficava a instituição, foi necessária a construção da escola em outro terreno. Consecutivamente, desde essa época a escola está na Passagem Santa Rosa, no mesmo bairro, e, hoje, comporta o turno da manhã e da tarde, com 11 salas que atendem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, sob direção de Isvanete Ferreira (Projeto Político Pedagógico da Emeif Amália Paumgarten, 2023, p. 13).

Há também uma placa representativa da inauguração da “Escola Municipal de 1º Grau Amália Paumgarten” em novo terreno, ocorrida em 1989, durante o governo de Hélio Gueiros e da Secretária de Educação Therezinha Moraes Gueiros, como pode ser conferido na Figura 2:

**Figura 2 — Construção da Escola Municipal de 1º Grau Amália Paumgarten**



Fonte: Autoras, 2023.

Restabelecendo a conexão com as informações encontradas em placas na EMEIF Amália Paumgartten, infere-se que foram encontradas outras duas associadas às reformas na escola, a primeira, representada pela figura 3, remete ao ano de 1992 durante o governo de Augusto Rezende e da Secretária de Educação Maria Lúcia Silva Verstappen, e a mais recente à 2022, conforme a figura 4, sob o governo de Edmilson Rodrigues e da Secretária de Educação Márcia Mariana Bittencourt Brito:

**Figura 3 – Reforma Geral da Escola Municipal de 1º Grau Profª Amália Lygia Paumgartten de Paiva (1992)**



Fonte: Autoras, 2023.

**Figura 4 — Reforma da EMEIF Amália Paumgartten (2022)**

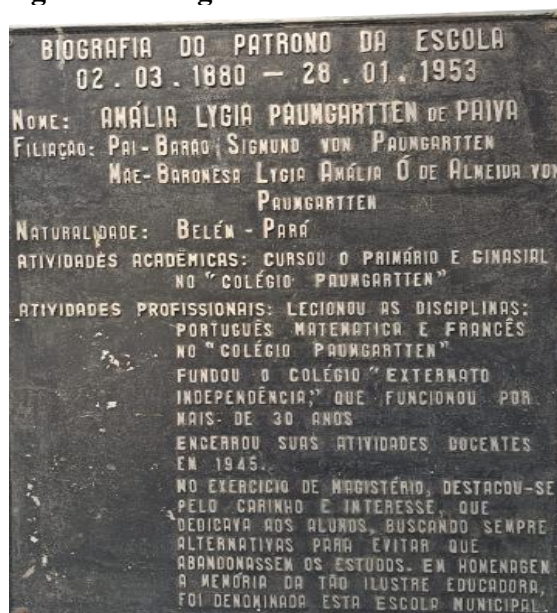


Fonte: Autoras, 2023.

## FAMÍLIA E LEGADO NA EDUCAÇÃO

Ainda no Projeto Político Pedagógico (2023b), há uma breve biografia de Amália, retirada de outra placa localizada à frente da secretaria e que trata da filiação, naturalidade, atividades acadêmicas, profissionais, período de atividade na docência (até 1945), além da preocupação com o emocional dos discentes e combate à evasão. Entretanto, é pertinente também problematizar a ausência de preocupação dos produtores da placa em trocar “patrono” por “patrona”, como se tal variabilidade fosse um pormenor irrelevante. Todas as informações mencionadas anteriormente podem ser identificadas na Figura 5 abaixo:

**Figura 5 – Biografia do Patrono da Escola**



Fonte: Autoras, 2023.

De acordo com a placa acima, é possível afirmar que a belenense Amália Lygia Paumgarten de Paiva (1880-1953) era de origem nobre, filha do Barão Sigmund Franz Marie Freiherr Von Paumgarten e da Baronesa Lygia Amália Ó de Almeida Von Paumgarten. Acerca da paternidade da educadora em foco, descobriu-se que o pai era de origem austríaca, filho do também austríaco Johann Baptist Freiherr Von Paumgarten, conselheiro da Corte da Áustria, com a Baronesa italiana Amalie Von Bonaczy Von Bonnaza; e que, a partir de 1874, aos 23 anos, se tornou residente em Belém do Pará, tendo se naturalizado Sigsmundo Francisco Maria Von Paumgarten em 1877 (Colégio Brasileiro de Genealogia, 2015, p.5).

Consoante o Colégio Brasileiro de Genealogia (2015c), Sigsmundo Von Paumgarten também fora diretor do Liceu de Bragança em 1896, tendo se tornado diretor do Colégio moderno até 1902, após o fim dos Liceus no governo de Paes de Carvalho. Ministrou geografia e francês, além de ter ocupado a cadeira de grego na mesma instituição. Foi também professor do futuro governador daquele período, Augusto Montenegro. Pode-se afirmar que a carreira docente foi bem-sucedida, pois recebeu homenagens do órgão dos alunos do Ginásio Paes de Carvalho, intitulado “O Norte”, após sua morte no ano de 1904, como uma demonstração de carinho graças à dedicação com a formação dos discentes.

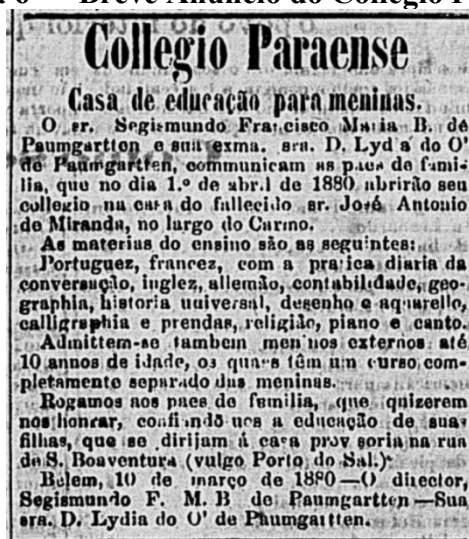
Se tratando da vida conjugal, foi casado duas vezes, todavia, se dará destaque ao primeiro matrimônio, do qual resultou Amália Paumgarten. Segundo a Carta Mensal do Colégio Brasileiro de Genealogia (2015, p.5):

O Barão casou, em primeiras núpcias, em 08/10/1876, com a viúva de Adolpho Müller, Lydia José do Ó d'Almeida (nome de casada seria Lydia Amália von Paumgarten ou Lydia d'O de Almeida Paumgarten), com quem teve três filhos paraenses, João Baptista, Augusto e Amália. (Colégio Brasileiro de Genealogia, 2015, p.5)

Considerando essa informação, observam-se inconsistências na placa apresentada na Figura 5, uma vez que a mãe de Amália não se chamava Lygia, mas sim Lydia José do Ó d'Almeida, posteriormente registrada como Lydia Amália von Paumgarten. De acordo com levantamentos do Projeto Laboratório Virtual (2016c), ela era filha de José do Ó de Almeida, político do partido conservador e escravocrata, e de Maria Romana Paes de Almeida, sendo irmã de Anesia do Ó de Almeida Mamoré e de Esculápio José do Ó de Almeida.

O casal Von Paumgarten fundou o Collegio Paraense, uma instituição de ensino destinada a meninas, em 1º de abril de 1880, oferecendo disciplinas como português, francês, alemão, contabilidade, geografia, história, desenho e aquarela, caligrafia, prendas, religião, piano e canto. Havia, ainda, segregação por gênero, uma vez que meninos eram aceitos apenas até os 10 anos de idade e, mesmo assim, estudavam separados das meninas (Projeto Laboratório Virtual, 2016d).

Figura 6 — Breve Anúncio do Collegio Paraense



Fonte: Projeto Laboratório, 2016.

No ano de 1883, Lydia faleceu durante o parto de um filho natimorto e, um ano depois, seu viúvo se casou novamente, agora com a preceptora dos filhos Eugênia Carolina Neves Vianna Von Paumgarten, com quem teve oito filhos paraenses Seraphina, Segismundo, Carolina, Guilherme, Francisco, Eugênia, Pedro e Luiz; em relação à Amália Paumgarten foi destacado que se casou -sem explicitar o nome do cônjuge- e não teve filhos (Colégio Brasileiro de Genealogia, 2015, p. 5).

Dando continuidade aos elementos destacados na figura 5, é afirmado que Amália estudou e, posteriormente, lecionou português, matemática e francês no Colégio Paumgarten e que fundou o Externato Independência; sobre ele, afirma-se, consoante o Almanak Laemmert (1908), que fora dirigido por Brigida Guimarães e ficava localizado na Avenida Independência, número 60. Para além disso, segundo entrevista de Ana Júlia Carepa, ex-governadora do Pará (2007-2011), presente no acervo virtual do Memorial César Leite (2023), a escola de Amália

foi uma instituição pioneira na modalidade de turnos, com aulas pela manhã e atividades no contraturno:

Depois na 5º série [...] eu fui estudar no Externato Independência. Que o colégio da professora Baganha foi inclusive acho que o primeiro colégio em Belém onde tinha dois turnos, só que a gente ia pra casa, almoçava em casa e voltava pra escola, né, pra fazer tarefas [...] (MEMORIAL CÉSAR LEITE, 2023, [sic])

Fica clara, dessa forma, a herança familiar de Amália pelo apreço à docência, visto que seguiu os passos de seus pais e marcou gerações de alunas e alunos paraenses, durante um período turbulento que fora o do início da república brasileira, marcada por diversas movimentações políticas e educacionais, por vezes inovadoras, em outros momentos retrocedentes.

### EDUCAÇÃO NA REPÚBLICA (1889-1945)

Entrando no mérito do contexto da história da educação nacional, durante a primeira metade do século XX, a historiadora paraense Wanessa Cardoso (2015, p. 1-2) explica a preocupação do governo republicano em disseminar um ensino que construísse um perfil de cidadão patriótico, instruído, independente e qualificado a contribuir com sua nação; pensamento esse reafirmado durante o governo provisório de Justo Chermont (1889-1891) que concedeu relevância às disciplinas Geografia e História como forma de impulsionar a formação da memória, sentimentos e valores republicanos.

Conseqüentemente, o processo de ensino-aprendizagem era utilizado enquanto mecanismo de padronização comportamental necessário à sociedade idealizada, visto que o mundo imperial era tomado como defasado e buscava-se ultrapassá-lo. É importante, dessa forma, salientar que os conhecimentos de História do Brasil sempre estiveram engendrados nas disputas de poder, principalmente durante esse período de transição político-econômica, uma questão associada à função social dessa disciplina na sociedade republicana e em como ela poderia auxiliar nos planos de progresso da nação nos moldes patrióticos. Logo, o IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) foi essencial no Pará durante a produção e distribuição dos materiais didáticos, porque a instituição encarava essa oportunidade como uma forma de “criar uma memória histórica e garantir a integração nacional” (Cardoso, 2015, p. 7).



Foi criada, então, no final dos anos 1890, de acordo com Magaldi e Schueler (2008, p. 43), a escola experimental paulista, uma espécie de modelo de organização escolar às demais redes de ensino do país, a qual seguia o perfil seriado, sob perspectiva pedagógica intuitiva, com hierarquização dos profissionais, racionalização do tempo e controle efetivo das atividades escolares. Havia, consecutivamente, a problemática de não adaptação inicial à realidade local das demais localidades do Brasil, às devidas aspirações e necessidades particulares.

Trazendo ao escopo paraense, os livros mais utilizados durante as aulas de História foram *Alma e Coração* de Hygino Amanajás (1905), que tratava superficialmente a historicidade amazônica e privilegiava o amor à pátria e sua história, e *Apostilas de História do Pará* de Theodoro Braga (1917), o qual se preocupava com temáticas regionais sobre a Belém colonial. Por certo, com as reformulações na legislação sobre o ensino primário, em 1919, a História do Pará passou a ser obrigatória no currículo escolar, começando pelo 2º ano, dando relevância à produção e intelectualidade locais, ainda que mantivesse o viés civilizatório patriótico mencionado previamente (Cardoso, 2015, p. 8-12).

A modernização com a chegada dos anos 1920 inculcou a notoriedade do ensino à vida das crianças e dos jovens, da necessidade de capacitação profissional dos professores e das professoras, do acolhimento familiar e do apoio às demandas escolares e discussões sobre a inclusão da diversidade no campo educacional. Acerca disso, Magaldi e Schueler (2008b) destacam que

No cenário de modernização educacional dos anos 1920/1930, quando a instituição escolar já se apresentava num grau significativo de afirmação frente a outras instâncias da sociedade e a outros tempos e espaços sociais, momento em que os educadores adquiriam progressivamente uma condição profissionalizada e uma legitimação em termos de competência científica, as relações com a instituição familiar tenderam a se alterar. (Magaldi; Schueler, 2008, p.53).

Isso porque surgiu a noção de que uma educação de qualidade só poderia ser bem desenvolvida quando houvesse uma relação próxima entre os interesses escolares e os familiares, visto que aos educadores finalmente era concedido o status científico merecido por seu serviço à sociedade. Prova disso fora “a participação de professores e professoras no processo de produção de saberes, livros e materiais escolares, bem como sua atuação nos processos políticos de constituição de [...] lugares de sociabilidades profissionais” (Magaldi, Schueller, 2008, p. 55).

Encaminhando à Segunda República (1930-1937), no tocante à área da educação, consoante Filho (2010, p. 2-3), dentre os principais acontecimentos esteve a criação do Ministério da Educação, a Reforma do Ensino Secundário e do Superior (1931), o Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932) e a Constituição Federal de 1934. Desta feita, o decreto 19.851 visava organizar o ensino secundário em dois segmentos, o primeiro duraria 5 anos, substituindo o ginásio, dando sequência ao curso complementar de dois anos, uma espécie de especialização e dividido em três segmentos: pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico, sob o intuito de formar a elite nacional, preparando-a ao nível superior. Era claro, portanto, que a escola nesse período não tinha interesse em contemplar toda a camada social, somente a burguesia, ou seja, não havia o caráter transformacional como alicerce do processo de ensino-aprendizagem, apenas mera manutenção dos privilégios dos mais ricos.

Justamente como um sinal de revolta com o caminho deturpado que a educação levava, um conjunto de educadores se reuniu para construir uma reforma educacional que confrontava os ideais elitistas e católicos que reduziam o papel dos alunos a meros expectadores. Foi então que na Conferência Nacional de Educação, em dezembro de 1931, 26 participantes encarregaram Fernando de Azevedo de escrever o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o qual retratava um esboço de programa educacional, voltado a: abrangência de toda a diversidade do corpo social, criação de escolas secundárias e democráticas (alunos de 12 a 18 anos), estabelecimento de escolas técnicas, medidas e instituições psicotécnicas, criação de universidades, criação de fundos escolares ou especiais, fiscalização de escolas particulares, instituições de educação e de assistência física e psíquica à criança na idade pré-escolar, reorganização da administração escolar e dos serviços técnicos de ensino e justiça social para reconstrução da interpenetração das classes sociais e organização da escola unificada (Filho, 2010, p. 6-8).

Prosseguindo no cenário educacional na década de 1930, duas constituições preponderaram, foram elas a de 1934 e a de 1937, associadas à proposição da educação técnica e do liberalismo, trazendo em seu âmago elementos autoritários. A proposta da Magna Carta de 1934 suplantou reformas a favor da formação de um Estado mais intervencionista e centralizado, tipicamente liberal; enquanto a de 1937 buscando centralização total do poder

executivo, contemplando o Presidente a disposição de intervir nos Estados, uma adaptação da Constituição Polaca <sup>1</sup>(Silva, 2010, P. 283-284).

Em 1937, houve a organização do ensino técnico da seguinte forma:

[...] ginásio técnico (4 anos) e colégio técnico (3 anos). Assim como já ocorrera com a reforma do ensino secundário, também no ensino técnico, a tônica era a rigidez da organização do diferentes ramos e a permanência de certos anacronismo que vinham desde o período colonial e foram mantidos pela reforma Francisco Campos. Assim é que, para cursar o ginásio técnico, também se exigia do candidato que fosse aprovado no exame de admissão. (Filho, 2010, p.13)

Ainda de acordo com Filho (2010, p.12), o Decreto-lei 4.244, em 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário), determinava que “o ensino secundário ficava estruturado em dois níveis: ginásio, com a duração de quatro anos, ao qual se seguia o colégio com a duração de três anos. Este, não mais subdividido em três ramos, mas sim, em dois (científico e clássico)”.

Claramente, um grande retrocesso entre 1934 e 1942, a partir da utilização da mão autoritária do governo ditatorial de Vargas, que buscava reduzir, novamente, o trabalho com a consciência social da classe pobre, mantendo os filhos dos ricos no ensino superior e os dos pobres no técnico, o que só piorou após o golpe militar sofrido por esse presidente em 1945, ano em que Amália Paumgarten, por coincidência, deixou o magistério.

## **A DESIGUALDADE DE GÊNERO E SEUS ECOS NA DOCÊNCIA**

Iniciando a discussão sobre as professoras e sua invisibilidade na história da educação, Maria Cristina Gomes Machado, Dorigão e Coelho (2016, p. 185) afirmam a necessidade de entender a impossibilidade de intelectuais isolarem-se da vida material que dá significado ao seu papel na história, sendo imprescindível a análise sobre as obras do autor em meio às relações, fatos políticos, econômicos, culturais e sociais sob as quais seguiu em sua trajetória teórico-política.

Evidenciando a figura das docentes da primeira metade do século XX, contemporâneas à Amália Paumgarten, Livia Silva e Elianne Sabino (2021, p. 12-13) explicitam que a Revista

---

<sup>1</sup> Segundo Oliveira (2022) “Para a legitimação e organização do Estado Novo, foi outorgada a Constituição Federal de 1937, apelidada de Polaca, devido ao fato da quarta Constituição brasileira ter sido baseada na Constituição polonesa, autoritária e centralizadora, servindo perfeitamente para as pretensões do eventual Presidente da República”.

Escola, voltada ao magistério paraense entre 1934 e 1936, possuía apenas três mulheres colaboradoras, sendo elas: Marianna Macedo de Vianna, Maria Amália Vaz de Carvalho e Cláudia Campos e outras três professoras do primário que discursavam: Josefina Joaquina, Flamídia Duarte Tavares, Germina Pinto. Confirma-se, nesse caso, que em um momento crucial de mudança paradigmática na história da educação, com inserção da história e da cultura regional do Pará, prevaleceu a desigualdade de gênero, com a falta de espaço para relatos de experiências, ocultamento desses vestígios; um plano de invisibilizar o protagonismo feminino e de como contribuiu nesse processo de reconstrução dos métodos de ensino-aprendizagem.

Analisando o PPP da escola, no condizente à pauta social, a construção no ano de 2023 do tema gerador “Escola: lugar de vivências, construção de conhecimentos, respeito ao meio ambiente e às diversidades”, direcionado às linhas memória, consciência política e cidadania, que conta com o Projeto da Biblioteca Antônio Juraci Siqueira, sob título “OLHAR DE LEITOR: da leitura de mundo à leitura da palavra, reflexões sobre o bairro do Guamá”, com objetivo de promover a formação de leitores e cidadãos a partir do resgate e valorização das raízes do bairro do Guamá através da leitura e da literatura (Projeto Político Pedagógico da Emeif Amália Paumgarten, 2023, p. 17-18).

Inegavelmente, buscou-se dar relevância dentro desse documento à visão emancipadora de educação, fomentadora do conhecimento sobre si e sobre o outro na sociedade contemporânea, preocupada com o bem-estar dos discentes, aos moldes do que pensava e da maneira que agia a patrona da instituição. Há, dessa forma, pelo menos no plano das ideias, um ensino significativo, aquele que analisa os discursos e seus sentidos, significados e valores apreciativos, incluindo a comunidade escolar durante o processo de aprendizagem. Em consonância com Laura Maria Silva Araújo Alves e Livia Sousa da Silva (2013), acerca dessa temática Bakhtiniana:

[...] um discurso é sempre composto de um significado e de um sentido, que traduzem um posicionamento perante a vida, porque são expressos pela linguagem que é sempre ideológica. [...] Aportando, assim, sua análise nas mesmas categorias de análise discursiva bakhtiniana eleitas – significado, sentido e valor apreciativo. (Alves; Silva, 2013, p. 115 e 116).

Entretanto, lamentavelmente, esse planejamento não é de todo inclusivo e com teor de resistência, visto que ao analisar os autores locais, nacionais e internacionais selecionados para esse projeto, dos 34 escolhidos apenas 8 são mulheres: Dona Onete, Laura Beatriz, Lucila Almeida, Carmem Lúcia Campos, Ana Maria Machado, Bia Monteiro, Karen Levine e Sandrine

Thommen. Uma falta de representatividade gigantesca levando em consideração uma escola que leva o nome de uma educadora e a maioria dos servidores pertence ao gênero feminino.

Sobre a perspectiva avaliativa, o PPP investigado considera as instâncias avaliativas Diário de Classe e Intervenções Pedagógicas, além da postura do docente como mediador da educação, não o centro dessa experiência. Tal qual o documento (2023, p. 27) “A avaliação na organização do ensino-aprendizagem da Educação Infantil e do ensino fundamental estrutura-se como processo – meio e não como processo – fim. Ela é processual, dinâmica, dialógica e formativa”. Com isso, o molde emancipatório, da construção integral do aluno enquanto ser reflexivo sobre si e os outros, reconhecedor do valor da escola e da assiduidade nela, segue os ideais da patrona da escola, sendo importante enfatizar que é uma visão contemporânea sobre a educação e já era preconizada pela educadora no século XX, aumentando a indignação com a dificuldade de acesso a mais informações sobre ela e sua didática.

Similarmente ao descrito pela placa da Figura 5, Amália Paumgarten fora uma professora e intelectual comprometida com o aspecto social dos seus alunos, buscando sempre mecanismos de permanência na escola, localizada em zona periférica, e, com base na história da educação brasileira durante a primeira metade do século XX, um período em que esse olhar transformacional da educação não era o foco governamental. Sobre isso, Márcia Santos Ferreira e R. Amorim (2016) afirmam que:

[...] a história intelectual pode ser concebida por se abrir para as dimensões sociológica, histórica e filosófica, considerando as obras em relação à formação social e cultural de seu autor, ao campo ou ao espaço de produção e à conjuntura história. Seu propósito é buscar articulação internas e externas à obra, focalizando tanto no discurso elaborado pelos autores, quanto no campo, contextos e conjunturas de sua elaboração. (Amorim; Ferreira, 2016, p. 83-84).

Retomando o contexto da falta de representatividade feminina, é válido salientar que essa marginalização da intelectualidade da mulher não é novidade, pelo contrário, de acordo com Leila Mezan Algranti (1992, p. 68), “a prática de enclausuramento das mulheres foi utilizada, durante todo o período colonial, como dispositivo da dominação masculina sobre as mulheres”. A autora destaca, então, que a educação para mulheres brancas na Colônia era feita em instituições de reclusão -conventos e internatos-, cuja função primordial voltava-se ao matrimônio e à maternidade, isto é, a um mecanismo de imobilização da capacidade intelectual da figura feminina. Logo, era uma aprendizagem restrita à doutrina da moralidade, submissão

ao homem e ao primor com atividades domésticas, sem almejar a formação universitária, a ciência, tampouco a profissionalização; tal qual explicitado por Amorim e Silva (2017):

[...] a educação na clausura dos conventos e internatos foi sinônimo de uma educação ilibada. Possibilitava a doutrinação da mulher para ser o pilar da família, ensinando os cuidados da casa e a ser uma senhora respeitada segundo o padrão de comportamento com princípios religiosos aflorados na sua mansidão e conduta submissa. Os muros dos conventos e internatos mantinham a segurança e a lisura da castidade dessas jovens que esperavam pelo casamento (Amorim; Silva, 2017, p. 195)

Somente com a chegada do século XIX o direito à profissionalização, com restrições, foi alcançado, e, ainda assim, pormenorizado quando comparado à criação e educação dos filhos e das obrigações matrimoniais. Foi nesse momento histórico que as mulheres passaram a ter notoriedade no campo da pesquisa e das publicações em revistas, ou seja, tanto a educação, quanto a imprensa serviram como mecanismos para a propagação dos ideais de autodeterminação feminina, da ousadia e da transgressão aos valores de “mulher ideal e submissa” e, consecutivamente, motivaram “a emergência de um universo político e literário feminino que, por sua vez, permitiu uma maior visibilidade das mulheres” (Almeida, 1998, p.33).

Diante desse contexto, enxerga-se a necessidade de trazer à tona as educadoras, pensadoras e escritoras, ainda que diante de imensos desafios, como o do acesso às fontes as quais, em maioria, estão armazenadas em acervos privados, de acesso exclusivo de familiares, como diários e cartas ou em acervos de acesso restrito. Uma forma de resistir à continuidade do apagamento da visibilidade feminina na história da educação paraense, o que amplia as dificuldades das/os pesquisadoras em encontrar e analisar tais recursos de valor histórico, social e científico incomensurável, como ocorreu com a presente pesquisa.

Daí que o patriarcado enraizado no âmago da sociedade reflete a subalternidade feminina, negligenciando sua historiografia, protagonismo, resistências e contribuições, pois “o androcentrismo que impregna o pensamento científico [...] as próprias formas de conhecer, ensinar e aprender a história são problematizadas, expressando de forma privilegiada a experiência e perspectiva masculina” (Tedeschi, 2008, p.332).

Surge, pois, a exigência em engajar pesquisadoras da área de História da Educação na investigação das vivências e produções realizadas pelas mulheres dos séculos passados, mediante averiguação de fontes que relacionem as intelectuais às suas ideias e proposições, pois sabe-se que

Os dados e informações utilizados como fontes primárias podem ser obras de interesse científico do pesquisador ou encomendas específicas de uma organização, registros oficiais e outros documentos, todos permeados por questões políticas e ideológicas próprias do espaço e época em que foram produzidos, sendo mero reducionismo crer que o seu conteúdo representa a realidade completa. Desta forma, o pesquisador se encontra frente à exigência de considerar para além da aparência e compreender o contexto econômico, social, político e cultural. A compreensão do contexto social é fundamental para a compreensão da obra do autor eleito como fonte de pesquisa, aplicando o mesmo rigor exigido nas pesquisas históricas de modo geral. (Coelho; Dorigão; Machado, 2016, p. 184)

Por isso, ao não ceder ao projeto de apagamento histórico do feminino, busca-se observar as fontes, mesmo que poucas, sobre os reflexos da docência de Amália Paumgarten, enquanto propositora de inovações no campo de ensino-aprendizagem. Em conformidade com o que Maria Amélia de Almeida Teles (1993, p.12) resgata em sua obra, ao desocultar o engajamento da figura feminina no movimento político por emancipação em ocasiões de ocupação de espaços antes exclusivos à masculinidade, visto que a ideologia patriarcal e machista nega o desenvolvimento pleno da mulher e suas contribuições à História. Acima de tudo, é ressaltada a necessidade de se debruçar sobre tais documentos para levantar a importância que possuem no contexto socioeducacional e político, sobrelevando Amália Paumgarten à condição de intelectual por seus contributos à História da Educação no Pará, tal qual companheiros do sexo oposto o tem, graças ao privilégio histórico de seu gênero.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definitivamente, a pesquisa em questão se destaca pela necessidade, importância e urgência de promover maior abertura e destaque para o potencial e protagonismo feminino na docência na Amazônia belenense. É fundamental remover o véu que encobre a história de Amália Paumgarten e de outras mulheres educadoras da cidade, revelando suas trajetórias, pesquisas, resultados e contribuições no ambiente educacional, especialmente no contexto da formação acadêmica em Belém durante o século XX no viés da educação crítica, transformadora e preocupada com a construção do perfil crítico-reflexivo dos discentes frente às disparidades sociais.

Desta feita, fica clara a visão prática de uma mulher que viveu e trabalhou no século passado, em uma sociedade ainda mais machista do que a atual e mesmo assim cultivou o

respeito à voz dos alunos, mas apagada da história da docência belenense quando comparada a professores do sexo oposto.

É de imenso pesar perceber que pouco se sabe sobre essa educadora fora os pequenos vestígios enclausurados em péssimas condições no depósito da escola e antigos jornais da Belém do início da República, pouco acessíveis ao público geral, fortalecendo o desaparecimento da memória e feitos dessa educadora. Incabível dentro da instituição que leva seu nome não haver mais de um momento de homenagem à essa profissional, pior ainda, não haver uma conscientização sobre quem ela foi, o que representou, a forma como impulsionou estratégias de atenção ao psicológico dos discentes e à manutenção deles na escola. Isto é, a maneira como agregou ao ensino formal o viés significativo dentro dos discursos disseminados, tal qual elucidou Bakhtin.

Desta forma, foi fundamental analisar esses documentos, ainda que escassos, e ressaltar a importância que eles possuem no contexto socioeducacional e político, pois colocam Amália Paumgarten em destaque enquanto a intelectual que foi pelos seus valiosos contributos à História da Educação no Pará, equiparando-se aos seus colegas homens, que historicamente têm sido mais privilegiados nesse reconhecimento. Ao valorizar e divulgar o legado dessa professora, essa pesquisa impulsiona a reflexão e a reversão da subjugação histórica das mulheres nas esferas educacionais e intelectuais, para que isso não continue se repetindo na atualidade e os registros de seus feitos sejam bem guardados.

Destarte, tendo em vista que o presente estudo contribui para uma maior conscientização sobre o potencial e o protagonismo feminino na docência na região amazônica, bem como a divulgação dessas descobertas inspirando as futuras gerações, é um estudo fundamental à quebra dos padrões de desigualdade de gênero e promoção de uma educação que respeite e incentive a participação feminina dentro e fora das salas de aula, desenvolvendo seus potenciais de pesquisadoras e intelectuais na Amazônia, no Brasil e nos demais espaços geográficos que galgarem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudoeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olímpio, Brasília: Edunb, 1993. Disponível em:



[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13092022-104820/publico/1992\\_LeilaMezanAlgranti.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13092022-104820/publico/1992_LeilaMezanAlgranti.pdf). Acesso em: 15 mai. 2023.

ALMEIDA, Jane Soares de. Imagens de mulher: a imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 79, n. 191, p. 31-41, jan./abr. 1998. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1041>. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRAIT, Elizabeth. Análise e Teoria do Discurso. In: BRAIT, Elizabeth. (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5103513/mod\\_resource/content/1/kupdf.net\\_brait-beth-bakhtin-conceitos-chave.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5103513/mod_resource/content/1/kupdf.net_brait-beth-bakhtin-conceitos-chave.pdf). Acesso em: 20 mai. 2023.

CARDOSO, Wanessa Carla Rodrigues. **Literatura Cívico Patriótica: República, Educação e Manuais Didáticos no Pará Republicano (1900-1920)**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis/SC. SNH2015 - XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores Velhos e novos desafios, 2015. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434415499\\_ARQUIVO\\_manuaisdidatico\\_spara\\_Anpuh.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434415499_ARQUIVO_manuaisdidatico_spara_Anpuh.pdf). Acesso em: 12 jun. 2023.

COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA. **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, n. 126, p. 1-12, mar./abr., 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/75204571-Ano-xxviii-no-mar-abr-2015.html>. Acesso em: 01 jul. 2023.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL “Prof.<sup>a</sup> Amália Paumgarten”. **Projeto Político Pedagógico- PPP**. Belém: Pará, 2023.

FERREIRA, Márcia Santos; AMORIM, R. P. Intelectuais, história e educação: os professores na história intelectual. **Poesis Pedagógica**, v. 14, p. 77-93, 2016. <https://periodicos.ufcat.edu.br/poesis/article/view/45053>. Acesso em: 20 mai. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011. 200 p. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

LAEMMERT, E. V. Almanak. Almanak Laemmert: Administrativo, mercantil e industrial, **Typhografia Universal de Laemmert**, Belém, v. 3, 1908. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=34140>. Acesso em: 20 mai. 2023.

LIMA, Estela Regina Marques; SILVA, Livia Sousa da. O desvelar do protagonismo feminino na educação da Amazônia belenense do século XX: uma pesquisa documental no acervo da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) Amália Paumgarten e em arquivos privados da educadora. **Anais do Seminário Internacional de História e Educação, [S. l.]**, v. 2, p. 244–245, 2024. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/anaisseminariodehistoriaeeducaca/article/view/1063>. Acesso em: 29 set. 2025.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/589>. Acesso em: 20 mai. 2023.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; COELHO, Gizeli Fermino; DORIGÃO, A. M. As pesquisas com intelectuais em história da educação: um campo profícuo. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 16, p. 175-188, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645233/13294>. Acesso em: 20 mai. 2023.

MEMORIAL César Leite. Entrevista de Ana Júlia Carepa. Disponível em: <https://memorialcesarleite.com.br/storage/depoimentos/wi6VgjUeOB5FqcTKIRdhKRgk3AnI1QE3YBS75uQ.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; MENEGAT, J. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisas científicas**. 1. ed. São Paulo: Editora Dialética, 2021. v. 1. 328p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/read/559087311/Metodos-e-tecnicas-de-pesquisas-cientificas>. Acesso em: 20 mai. 2023.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; LOMBARDI, J. C. **Fontes, História E Historiografia Da Educação**. Campinas, SP. Autores Associados, 2017. Coleção memória da educação. 2 Mb; e-PUB. Disponível em: <https://pt.scribd.com/book/405692981/Fontes-historia-e-historiografia-da-educacao>. Acesso em: 20 mai. 2023.

OLIVEIRA, Victor Lima. Constituição polaca: do fascismo à adesão aos aliados. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 27, n. 6999, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/49394>. Acesso em: 12 jun. 2023.

PADILHA, Maria Itayra; BELLAGUARDA, Maria Lígia dos Reis; NELSON, Sioban; MAIA, Ana Rosete Camargo; Costa, Roberta. O Uso das Fontes na Condução da Pesquisa Histórica. **Texto e Contexto**. (UFSC Impresso), v. 26, p. e2760017, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/mZfqXZJKM7B7tMRpnKqWcjf/?format=pdf>. Acesso em: 20 mai.2023.

PALMA FILHO, J. C. **A educação brasileira no Período de 1930 a 1960**: a Era Vargas. In: PALMA FILHO, J. C. (Org.). **Caderno de Formação - Formação de Professores - Educação Cultura e Desenvolvimento - História da Educação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, v. único, p. 85-102. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções - Artigo. **Póesis Pedagógica**, Universidade Federal de Goiás, v. 3, p. 11 - 33, 20 maio 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poesis/article/view/10542/7012>. Acesso em: 20 mai. 2023.

PROJETO LABORATÓRIO VIRTUAL FAU ITEC UFPA. **José do Ó de Almeida precursor da fotografia em Belém**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 13 maio 2016. Disponível em: <https://fauufpa.org/2016/05/13/jose-do-o-de-almeida-precursor-da-fotografia-em-belem/>. Acesso em: 1 jul. 2023.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. Tempo. **Revista do Departamento de História da UFF**, v. 13, p. 43-66, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/KSZxRDV8gHqmvWNmnr8bNnf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SILVA, Fernanda Xavier da. As constituições da era Vargas: uma abordagem à luz do pensamento autoritário dos anos 30. **Política & Sociedade** (Impresso), p. 259-288, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/15680/14206>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SILVA, Livia Sousa da; SABINO, E. B. História, mulher e educação na Amazônia paraense na primeira metade do século XX. **REVISTA COCAR (UEPA)**, v. 15, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4323/2123>. Acesso em: 01 jul. 2023.

SILVA, G.; AMORIM, Simone Silveira. Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759). **INTERAÇÕES**, v. 18, p. 185-196, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/tGGWx3Dp58Sx3FmY8trzGyR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SILVA, Livia Sousa da; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. A criminalização da juventude no discurso midiático da violência escolar em Belém-Pa. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, p. 110-130, 2013. Disponível em: <https://journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasocias/article/view/351/285>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SILVA, Livia Sousa da; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. As Contribuições do Pensamento Bakhtiniano para o Campo das Pesquisas em Educação. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, p. 101–117, 2014. DOI: 10.14572/nuances.v24i3.2701. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2701>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela. A aventura de inventariar: uma experiência no Museu da Escola Catarinense. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas, v. 11, n. 1-25, p. 19-41, Jan./abr. 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbhe/v11n01/v11n01a03.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

TEDESCHI, L. A. O fazer histórico e a invisibilidade da mulher. **OP SIS**, Goiás, v. 7, n. 9, p. 329-340, mar. 2010. Disponível em:  
[https://www.researchgate.net/publication/271235596\\_O\\_fazer\\_historico\\_e\\_a\\_invisibilidade\\_d\\_a\\_mulher](https://www.researchgate.net/publication/271235596_O_fazer_historico_e_a_invisibilidade_d_a_mulher). Acesso em 15 mai. 2023.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1993. Disponível em:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4220349/mod\\_resource/content/1/TELES%2C%20Maria%20Am%C3%A9lia.%20Breve%20hist%C3%B3ria%20do%20feminismo%20no%20Brasil.%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4220349/mod_resource/content/1/TELES%2C%20Maria%20Am%C3%A9lia.%20Breve%20hist%C3%B3ria%20do%20feminismo%20no%20Brasil.%20%281%29.pdf). Acesso em: 15 mai. 2023.

\*\*\*

Artigo recebido em novembro de 2025. Aprovado em dezembro de 2025.